

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 29 de agosto de 2016
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2016	30/06/2015		Nota	30/06/2016	30/06/2015
Ativo Circulante		15.476.934	16.368.313	Passivo Circulante		16.732.767	18.577.968
Disponibilidades	4 & 17.e	48.992	52.984	Depósitos		15.839.263	17.828.123
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.e	1.061.644	1.198.950	Depósitos à Vista		9.065	4.763
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.061.644	1.198.950	Depósitos Interfinanceiros	17.e	15.830.198	17.823.360
Títulos e Valores Mobiliários	5	122.384	123.463	Outras Obrigações		893.504	749.845
Carteira própria		122.384	123.463	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		12.380	10.730
Relações Interfinanceiras		2.481	-	Sociais e Estatutárias		5.627	47.627
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central		2.481	-	Fiscais e Previdenciárias	13	107.204	33.027
Operações de Crédito		11.854.724	12.863.926	Diversas	14	768.293	658.461
Setor Privado	6	12.183.689	13.191.355	Passivo Exigível a Longo Prazo		12.050.342	11.114.220
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(328.965)	(327.429)	Depósitos		10.875.795	10.001.849
Outros Créditos		2.301.570	2.041.760	Depósitos Interfinanceiros	17.e	10.875.795	10.001.849
Frendas a Receber		19.484	10.057	Outras Obrigações		1.174.547	1.112.371
Créditos Tributários	7	368.661	237.714	Fiscais e Previdenciárias	13	1.123.916	1.062.745
Diversos	8	1.948.227	1.825.588	Diversas	14	50.631	49.626
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(34.802)	(31.599)	Patrimônio Líquido		16	1.492.761
Outros Valores e Bens	9	85.139	87.230	Capital Social:			
Despesas Antecipadas		85.139	87.230	De Domiciliados no País		726.561	726.561
Ativo Realizável a Longo Prazo		14.149.081	14.264.445	Reservas de Lucros		753.277	786.220
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.e	2.073.052	1.543.556	Ajustes de Avaliação Patrimonial		12.923	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.073.052	1.543.556	Total do Passivo		30.275.870	31.204.969
Títulos e Valores Mobiliários	5	316.932	-				
Carteira própria		316.932	-				
Operações de Crédito		9.849.123	10.966.966				
Setor Privado	6	10.315.720	11.410.044				
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(466.597)	(443.078)				
Outros Créditos		1.806.391	1.534.224				
Créditos Tributários	7	1.067.658	810.281				
Diversos	8	807.578	784.000				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(68.845)	(60.057)				
Outros Valores e Bens	9	103.583	219.699				
Despesas Antecipadas		103.583	219.699				
Permanente		649.855	572.211				
Investimentos	10	574.936	488.680				
Participações em Controladas - No País		387.108	378.080				
Agio		187.828	110.600				
Imobilizado de Uso	11	25.949	27.106				
Imobilizado de Uso		25.949	27.106				
(Depreciações Acumuladas)		(49.727)	(45.216)				
Intangível	12	48.970	56.425				
Ativos Intangíveis		48.970	56.425				
(Amortizações Acumuladas)		(136.987)	(126.559)				
		(90.017)	(70.134)				
Total do Ativo		30.275.870	31.204.969	Total do Passivo		30.275.870	31.204.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Próprios	Coligadas e Controladas		
Saldos em 31 de dezembro 2014	726.561	51.506	518.796	-	-	-	1.296.863
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	265.918	265.918
Reserva Legal	16.c	13.296	-	-	-	(13.296)	-
Juros sobre o Capital Próprio	16.b	-	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	16.c	-	101.311	-	-	(101.311)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.c	-	101.311	-	-	(101.311)	-
Saldos em 30 de junho 2015	726.561	64.802	721.418	-	-	-	1.512.781
Saldos em 31 de dezembro 2015	726.561	84.576	990.047	-	9	-	1.801.193
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	12.978	(64)	-	-
Dividendos com base na Reserva para Reservas Estatutárias	16.b	-	(400.000)	-	-	(400.000)	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	78.654	78.654
Reserva Legal	16.c	3.932	-	-	-	(3.932)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	16.c	-	37.361	-	-	(37.361)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.c	-	37.361	-	-	(37.361)	-
Saldos em 30 de Junho 2016	726.561	88.508	664.769	12.978	(55)	-	1.492.761

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. As operações da Aymoré CFI são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Aymoré CFI, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não reconhecidas pelo Bacen.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.
As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2016 foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 29 de agosto de 2016.

3. Principais Práticas Contábeis
a) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Aymoré CFI.
c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de ajuste.
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.
d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.
f) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:
I - títulos para negociação;
II - títulos disponíveis para venda; e
III - títulos mantidos até o vencimento.
Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida.
(1) da adequação conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
g) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas
A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.
Normalmente, a Aymoré CFI efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de créditos de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.
As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.
A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independentemente da retenção ou não do risco.
As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.
Comissões Pagas a Correspondentes Bancários
Considerando-se o contido na Resolução CMN 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.
As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.
A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:
a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença líquida e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença líquida e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.
A Aymoré está utilizando essa prerrogativa.
Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.
A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).
h) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.
Permanente
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:
1.1) Investimentos
Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.
1.2) Imobilizado de Uso
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações,

móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.
1.3) Intangível
Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.
O agio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.
1) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
A Aymoré CFI é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.
Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência atual ou de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.
Os ativos contingentes são reconhecidos quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras (Nota 15.a).
j) Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Aymoré CFI de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.
Plano de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Aymoré CFI como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.
As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas.
Planos de Benefício Definido
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 25. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.
Desde janeiro de 2013, a Aymoré aplica o Pronunciamento Técnico CPC 38 (R1), que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).
Principais Definições
- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.
Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.
Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.
k) Remuneração Baseada em Ações
Liquidação em Ação
São referentes a opções de compra de ações do Banco Santander promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.
Liquidação em Dinheiro
No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações "hipotéticas" que serão recebidas pelos executivos. É apurado o valor justo das ações "hipotéticas" e registrado ao longo do período de vigência de cada ciclo uma provisão em outras obrigações em contrapartida com a despesa de pessoal.
l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Social sobre o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.
m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e de as capitalização (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e de as capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
n) Estimativas Contábeis
As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício de 2016. Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença líquida e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.
A Aymoré está utilizando essa prerrogativa.
Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.
A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).
h) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.
Permanente
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:
1.1) Investimentos
Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.
1.2) Imobilizado de Uso
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações,

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2016	30/06/2015		Nota	30/06/2016	30/06/2015
Receitas da Intermediação Financeira		2.921.138	2.803.071	Operações de Crédito		2.689.702	2.681.412
Operações de Crédito		2.689.702	2.681.412	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		229.489	121.058
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		229.489	121.058	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		1.947	601
Despesas da Intermediação Financeira		(2.182.326)	(1.952.262)	Operações de Captação no Mercado		1.667.897	(1.452.797)
Operações de Captação no Mercado		1.667.897	(1.452.797)	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	17.e	514.463	(499.474)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	17.e	514.463					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2014	Consti-tuição	Realização	Saldo em 30/06/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	488.008	216.286	(193.501)	510.793
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	44.788	17.422	(20.444)	41.766
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	359.471	19.359	(872)	377.958
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	20.118	8.886	(5.187)	23.817
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	11.060	7.856	(9.791)	9.125
Outras Provisões Temporárias	13.036	11.491	-	24.527
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	936.481	281.300	(229.795)	987.986
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	251.611	-	(54.359)	197.252
Total dos Créditos Tributários	1.188.092	281.300	(284.154)	1.185.238
Créditos não Registrados	(137.243)	-	(137.243)	-
Total dos Créditos Registrados	1.050.849	281.300	(1.071.397)	1.047.995
Circulante	259.648	-	-	237.714
Longo Prazo	791.201	-	-	810.281

A Aymoré não possui créditos tributários não ativados em junho/2016 (30/06/2015 - R\$ 137.243).

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	30/06/2016			
	Diferenças Temporárias	Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total	Total Registrado
Ano	IRPJ	CSLL		
2016	90.920	72.754	32.322	195.996
2017	176.334	141.088	27.910	345.332
2018	415.479	329.209	-	744.688
2019	82.689	49.615	-	132.304
2020	2.219	1.332	-	3.551
2024 a 2025	607	364	8.350	9.321
2026 a 2028	-	-	5.127	5.127
Total	768.248	594.362	73.709	1.436.319

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente Total dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$1.235.542 (30/06/2015 - R\$954.924), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

8. Outros Créditos - Diversos

	30/06/2016	30/06/2015
Títulos e Créditos a Receber (Nota 6.a)	2.133.442	2.037.310
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	418.189	365.032
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	41.360	31.706
Outros	105.347	93.431
Impostos e Contribuições a Compensar	37.643	60.187
Valores a Receber - Subsídio de Taxa de Equalização de Financiamento (1)	9.808	11.618
Adiantamentos Salariais	5.124	4.883
Outros	4.892	5.421
Total	2.755.805	2.609.588
Circulante	1.948.227	1.825.588
Longo Prazo	807.578	784.000

(1) Em 30 de junho de 2016, corresponde a valores a receber de parcerias comerciais que a Aymoré possui com algumas montadoras de veículos, que subsidiam parte da taxa de juros do cliente, quando da origemação de um financiamento - CDC, sendo caracterizado como "equalização de taxas".

9. Outros Valores e Bens

Referem-se, substancialmente, a despesas antecipadas referente a comissões de agenciamentos.

10. Participações em Controladas

	30/06/2016			
	Quantidade de Ações Possuídas (Mil)	Participação Direta	Participação Indireta	Total
Investimento				
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super) (1)				
(Santander Leasing)	Outras Atividades	40.000	100,00%	
Outros				
Adiantamento Social				
Banco Bonsucesso Consignado (2) (3)	Banco	210.000	60,00%	
Resultado da				
Patrimônio Líquido	Prejuízo 01/01 a 30/06/2016	Valor dos Investimentos 30/06/2016	Equivalência Patrimonial 01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Investimento	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015
Super (1)(4)	24.920 (5.025)	24.920 15.965	(3.422) (1.077)	
Olé Consignado (2) (3)	603.648 (8.781)	362.188 362.115	(5.268) 2.115	
Total		387.108 378.080	(8.690)	1.038
Total dos Investimentos Avaliados por Equivalência Patrimonial		387.108 378.080		
Agio - Super (1)		107.951 13.933		
Agio - Olé Consignado (2)		79.877 96.667		
Total dos Investimentos		574.936 488.680		

Em 4 de janeiro de 2016, a Aymoré CFI comunicou aos acionistas detentores das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super Pagamentos sua decisão de exercer a opção de compra de tais ações, pelo valor de aproximadamente R\$113 milhões. A transação foi concluída em 10 de março de 2016 (Nota 26.c).

(2) O investimento do Olé Consignado foi adquirido em 10 de fevereiro de 2015. A Aymoré adquiriu 60% do capital social total e votante pelo valor de R\$460.000, tornando-se acionista controlador, permanecendo o Banco Bonsucesso com a parcela remanescente de 40% do capital social.

(3) Na AGE de 3 de março de 2016, foi aprovado a alteração da denominação social para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., o processo de alteração foi aprovado pelo Bacen em 1 de junho de 2016.

(4) A Equivalência Patrimonial contém R\$1.600 referente a resultado de exercícios anteriores.

a) Aquisição da Super Pagamentos

Na aquisição de 50% da Super, ocorrida em 2015, a alocação do preço de compra (PPA), foi feita por empresa especializada contratada, reflete os seguintes ajustes contábeis de compra na data da aquisição, com base no acervo contábil de 30 de novembro de 2014:

	Vida Útil Estimada	Valor
Total dos Ativos Líquidos Adquiridos		17.042
Mais Valia dos Ativos Intangíveis na Avaliação do Ágio:		
Relacionamento com Clientes	4 anos	712
Marca	5 anos	689
Acordo de Não Competição	5 anos	325
Agio por Expectativa de Rentabilidade Futura	10 anos	13.050
Outros	(690)	
Contraprestação transferida em troca do controle da adquirida (50%)		31.128

Em março de 2016, a Aymoré exerceu a sua opção de compra dos 50% restante, a alocação do preço será concluída em até um ano, sendo que para esta operação, foi utilizado como base a alocação do preço realizada em 2015:

	Vida Útil Estimada	Valor
Total dos Ativos Líquidos Adquiridos		13.678
Mais Valia dos Ativos Intangíveis na Avaliação do Ágio:		
Relacionamento com Clientes	4 anos	504
Marca	5 anos	528
Acordo de Não Competição	5 anos	249
Agio por Expectativa de Rentabilidade Futura	10 anos	97.775
Outros	(690)	
Contraprestação transferida em troca do controle da adquirida (50%)		112.734

Em dezembro de 2015, foi concluído o estudo da alocação do preço de compra (PPA) sobre a aquisição do Olé Consignado pela Aymoré, com base no acervo contábil de 31 de janeiro de 2015, no montante de R\$37.200.

Resumo dos valores apurados:

Patrimônio Líquido em 31/01/2015	140.000
Aumento de Capital pela Aymoré CFI	460.000
Patrimônio Líquido após aumento de capital	600.000
(-) Participação de não controladoras (1)	(240.000)
(=) Patrimônio Líquido (60%)	360.000
Aumento de Capital pela Aymoré CFI	460.000
Patrimônio Líquido (60%)	360.000
Mais Valia	37.200
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (2)	62.800

(1) Participações não-Controladoras foram inicialmente mensuradas em R\$240 milhões (valor proporcional dos ativos líquidos identificáveis reconhecidos da investida).

(2) Ágio será dedutível fiscalmente nos termos da legislação vigente.

	Vida Útil Estimada	Valor
Mais Valia dos Ativos Intangíveis na Avaliação do Ágio:		
Correspondente Bancário	9 anos e 11 meses	18.176
Canais de Distribuição - Agências	3 anos e 11 meses	9.498
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura	3 anos e 11 meses	1.187
Outros	10 anos	51.016
Contraprestação Transferida em Troca do Controle da Adquirida (60%)		79.877

c) Movimentação dos Investimentos

	Super	Banco Bonsucesso Consignado	Total
Valor Contábil dos Investimentos em 31 de dezembro de 2015	27.754	453.976	481.730
Aquisição - 50% Super	112.734		112.734
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.422)	(5.268)	(8.690)
Despesas de Amortização	(4.195)	(6.579)	(10.774)
Ajuste de Mercado	-	(64)	(64)
Valor Contábil dos Investimentos em 30 de junho de 2016	132.871	442.065	574.936

11. Imobilizado de Uso

	30/06/2016		30/06/2015	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10.007	(7.081)	2.926	3.039
Sistemas de Segurança e Comunicações	2.827	(2.811)	16	34
Sistemas de Processamento de Dados	3.795	(3.795)	-	-
Benefícios em Imóveis de Terceiros	56.381	(33.946)	22.435	22.910
Outras	2.666	(2.094)	572	1.123
Total	75.676	(49.727)	25.949	27.106

12. Intangível

	30/06/2016		30/06/2015	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
Aquisição e Desenvolvimento de Logotipos	122.246	(74.522)	47.224	54.177
Outros Ativos Intangíveis	5.750	(4.504)	1.246	2.248
Total	127.996	(79.026)	48.970	56.425

13. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2016		30/06/2015	
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 15.b)	1.126.059	1.062.745		
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	79.497	5.829		
Provisão para Tributos Diferidos	462	614		
Impostos e Contribuições a Pagar	25.102	26.584		
Total	1.231.120	1.095.772		
Circulante	107.204	33.027		
Longo Prazo	1.123.916	1.062.745		

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2015	Constituição/ Realização	Saldo em 30/06/2016
Ágio da Super (Nota 10)	537	(75)	462
Total	537	(75)	462

b) Expectativa de Realização dos Passivos Fiscais Diferidos

	30/06/2016			
	Diferenças Temporárias	Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total	Total Registrado
Ano	IRPJ	CSLL		
2016	48	30	78	
2017	96	60	156	
2018	96	60	156	
2019	49	23	72	
Total	289	173	462	

14. Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2016	30/06/2015
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15.b)	174.902	164.305
Provisão para Pagamentos a Efetuar	49.218	47.311
Despesas de Pessoal	349	1.708
Despesas Administrativas	9.105	5.739
Outros Pagamentos	448.700	417.968
Fornecedores (1)	109.509	51.095
Taxa de Equalização - Subsídio da Rede	17.419	9.345
Créditos de Veículos Apreendidos - Leilão	8.921	10.616
Valores a Pagar Sociedades Ligadas	8.921	10.616
Outras	8.921	10.616
Total	818.924	708.087
Circulante	768.293	658.461
Longo Prazo	50.631	49.626

(1) Registro de valores a pagar à agenciamento de viagens, correspondentes as liberações parceladas estabelecidas em contrato de cessão.

15. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Em 30 de junho de 2016 e 2015, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.i).

a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2016 e 2015, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.i).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2016	30/06/2015
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 13)	1.126.059	1.062.745

Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 13)

	30/06/2016	30/06/2015
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 14)	174.902	164.305
Ações Trabalhistas	71.722	59.892
Ações Cíveis	103.180	104.413
Total	1.300.961	1.227.505

c) Movimento das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2016		01/01 a 30/06/2015	
	Fiscais	Trabalhistas e Cíveis	Fiscais	Trabalhistas e Cíveis
Saldo Inicial	1.083.300	60.413	106.369	997.503
Constituição Líquida de Reversão (1)	42.783	30.820	43.992	65.252
Baixas por Pagamentos	(24)	(19.309)	(47.181)	(10)
Outros	-	(202)	-	350
Saldo Final	1.126.059	71.722	103.180	1.062.745

Depósitos em Garantia - Outros Créditos (2)

Depósitos em Garantia - Outros Créditos (2)	387.976	4.447	2.231	338.896
				2.263
				1.777

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

A Aymoré CFI é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.



Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 07.707.650/0001-10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e Acionistas

Aymoré Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Auditoria das cifras do ano anterior

As demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo incluem, para fins de comparação, informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial em 30 de junho de 2015, e ao resultado, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa do semestre findo nessa data, obtidas das demonstrações financeiras daquele semestre. O exame das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2015 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 21 de agosto de 2015, sem ressalvas.

São Paulo, 29 de agosto de 2016

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury

Contadora CRC 1SP192785/O-4

